

① Na vida social, as relações de poder estão presentes por toda a sociedade. Podemos entender o poder como "possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros". Segundo o sociólogo Max Weber, o poder é legítimo quando a influência exercida é consentida por parte daqueles que se submetem à vontade do outro. Ainda segundo Weber, "a política significa exercer um papel de liderança no estado, ou na luta pelo poder, a fim de controlar a distribuição deste poder na sociedade". Contudo, esta definição da política, passou a ser empregada a partir das Revoluções liberais do século XVIII, que exigiram uma forma específica de constituição do Estado. Desta maneira, o surgimento do Estado moderno tinha por base a racionalização da gestão do poder, que se tornou possível com a separação entre a esfera política e religiosa. Uma outra definição sobre o Estado moderno é dada pelo cientista político Norberto Bobbio, ao caracterizar "o Estado moderno como uma organização social complexa, caracterizada pela centralização do poder, fundamentada na afirmação do princípio da territorialidade de obrigação política e sobre a progressiva aquisição da supremacia do comando político". Outra característica do Estado moderno, segundo Max Weber, é o controle do poder estatal por uma burocracia militar e civil. Nesse sentido, para Weber, o Estado é "uma relação de homens dominando homens, mediante violência considerada legítima".

O Estado absolutista é considerado a primeira manifestação histórica do Estado moderno, seguido do Estado liberal. As formas de organização do

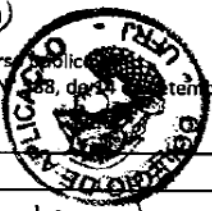


do Estado moderno no século XVIII, irá acompanhar a polarização econômica e social que se sucedeu da Era do Estado liberal e do liberalismo econômico, ~~uma~~ e as formas nacionais de expressão do Estado, como o estado socialista e o estado Nazi-fascista. Vale lembrar que o século XVIII também abarca duas outras expressões do Estado moderno: o estado do bem-estar social e o Estado Neoliberal.

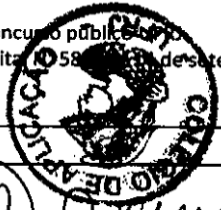
As duas principais perspectivas teóricas das Ciências Sociais sobre o Estado contemplam duas formas históricas do Estado moderno que vamos abordar a seguir: o Estado liberal e o Estado socialista. A perspectiva liberal do Estado surge a partir do ideário da Revolução Francesa: Liberdade, igualdade e Fraternidade e Mapoiana no princípio de soberania popular e da representação política. tendo como base o liberalismo econômico, desenvolvido por Adam Smith e o liberalismo político, desenvolvido, por John Locke, a doutrina liberal Mapoiana na defesa das liberdades civil e política. O liberalismo econômico defende o livre mercado e a baixa intervenção do Estado na economia, pois segundo o autor o sistema Capitalista possui uma lei intrínseca que leva a auto-regulação. Segundo ele, a "mão invisível" regularia o mercado a partir da lei da oferta e da demanda, portanto, qualquer intervenção estatal geraria um distúrbio na ordem capitalista. Vale lembrar que o liberalismo econômico se contrapõe ao mercantilismo. Já para o liberalismo político de John Locke, o ser humano possui direitos que não são alienáveis como, por exemplo, o direito à vida, a liberdade e, inclusive,

O direito à propriedade privada. Portanto, caberia ao estado garantir a segurança pública e resguardar a propriedade privada. De qualquer maneira, para a perspectiva liberal, o estado objetiva a realização do bem comum e é neutro. Uma instituição política, por estar acima dos interesses das classes sociais, é responsável pelo aperfeiçoamento do corpo social.

— Ao contrário da perspectiva liberal, a perspectiva marxista surgiu em decorrência da crítica à existência da sociedade de classes onde os interesses não são antagônicos. Segundo tal corrente, o estado é uma instituição controlada pela classe dominante; no caso da sociedade capitalista: a burguesia. A Teoria Marxista influenciou o surgimento do Estado socialista, que irá desenvolver a partir da Revolução Russa de 1917. A instauração do Estado socialista foi uma reação ao estado liberal ao questionar as bases materiais da sociedade. A proposta socialista defendia uma transformação nas condições de produção e de apropriação da riqueza produzida pela sociedade. Segundo a perspectiva marxista, a instauração da propriedade privada dos meios de produção divide a sociedade em duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Por se tratar de duas classes sociais com interesses antagônicos, pois a melhoria na condição de vida dos trabalhadores implica uma diminuição dos lucros da burguesia, o conflito está instaurado na sociedade capitalista (classe de classes). Para a perspectiva marxista, o estado é uma instituição controlada por uma classe social: a burguesia. O estado surge a



partir da propriedade privada e da divisão social do trabalho, pois ele cria as condições históricas para o desenvolvimento das relações capitalistas. O Estado moderno funcionaria como um comitê executivo das classes dominantes, no caso da sociedade capitalista, a burguesia.



2) O pensamento liberal e o pensamento marxista ainda não muito importantes para se pensar o estado e mais, especificamente, o estado brasileiro. A partir do golpe parlamentar, judicial e midiático ou impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, intensificaram-se alguns debates da democracia no Brasil e intensificou-se, fazendo nascer antigas e novas debates sobre o estado brasileiro. Vale lembrar, que durante o período colonial, Portugal não tinha interesse em construir no Brasil uma sociedade política organizada, pois o pacto colonial permitia a extração dos recursos naturais por parte da metrópole sem que houvesse interesse o desenvolvimento de uma colônia de povoamento, mas sim de exploração. Portanto, durante todo o período colonial e, mesmo o imperial, o estado brasileiro não desenvolveu muito pouco e sempre esteve atrelado aos interesses das potências coloniais da época. Foi somente no início do século XX, com a instauração do período republicano, que o estado brasileiro passou a desenvolver com características próprias. A República ~~constitucional~~ velha contemplou as primeiras décadas do século XX, e desenvolveu um fenômeno político ainda muito presente nos dias atuais da política brasileira: o coronelismo. Segundo Victor Nunes Leal, "o coronelismo é um fenômeno caracterizado a partir do momento da história brasileira em que o poder público federal se opta pela manutenção dos antigos chefes locais (poder privado). Ao longo do século XX, o Brasil passou por períodos ditatoriais (de Getúlio Vargas e a

multas) e democráticos. Após a redemocratização brasileira e a instauração da Nova República, o Brasil passou por um período de relativa consolidação da democracia. No início dos anos 1990, nos governos de Collor e FHC, o país entrou no ditame do Neoliberalismo. O Estado Neoliberal surgiu nos anos 1970/1980, nos países do capitalismo central e chegou nos países do capitalismo periférico nos anos 90. O Estado Neoliberal defende o estado mínimo, o livre mercado e as deregulações e taxas de liberalização nacionais para o capital financeiro. Foi além do mais, o estado Neoliberal, defende nos países do hemisfério sul, defende as privatizações das empresas públicas e o desinvestimento do governo. Foi dessa maneira e apoiado nos ideais Neoliberais, que o governo do FHC iniciou as privatizações das empresas públicas brasileiras em diversos setores: mineração, telecomunicações etc. Além do mais, os maiores investimentos em saúde e educação, o congelamento do salário mínimo, as transformações e flexibilizações das leis do mercado trabalhista asseguraram ainda mais a luta social que assolava o país.

Atualmente, sob o governo de Michel Temer (PMDB) observa-se novamente os princípios do Neoliberalismo e da defesa do estado mínimo nas políticas tomadas por seu governo. Podemos citar a reforma trabalhista, aprovada ano passado, que praticamente flexibiliza ou acaba com as leis trabalhistas que garantem a defesa dos direitos dos trabalhadores. Além do aspecto econômico voltado para a defesa

dos princípios da não intervenção do neoliberalismo, tendo também o aspecto político. Seguindo de sucessivos escândalos e denúncias de corrupção, o presidente Michel Temer se mantém no poder, fazendo questionar os princípios democráticos de "poder ao povo", pois um presidente que não foi eleito por seu povo não tem autoridade alguma para aprovar tamanhas reformas como, a trabalhista e da previdência. Contudo, ao atender aos interesses de um capitalismo mundial, Michel Temer vem aprovando reformas de impacto significativo na vida da população brasileira.

Mais uma vez, a prática do coronelismo se faz presente na política brasileira, pois ao se utilizar do poder público para atender aos interesses privados, ~~se~~ com o simples objetivo de se manter no poder, ~~isso~~ prova que, mais uma vez, as instituições democráticas brasileiras são extremamente frágeis. ~~Como~~ o conceito de "democracia blindada" desenvolvido por alguns historiadores brasileiros (Felipe Kenen e Marcelo Bader) tenta dar conta de entender um cenário que se situa cada vez mais deserto de trabalhadores, um espaço para protestos e manifestações, e mesmo assim se mantém o regime "democrático", isto é, sem alterações ~~substanciais~~ substantiva do regime e da ordem.

Portanto, ao navegar os ditames do neoliberalismo, que ~~se~~ encontra a sua fundação ~~na~~ nos princípios do liberalismo e na máxima da não intervenção do Estado na economia, Michel Temer

~~1~~
e o Meu governo levou o Estado brasileiro, mais
uma vez, ao congelamento dos investimentos
nas áreas sociais. Além do mais, ao diminuir o
poder do Estado nos investimentos sociais, o
governo de Temer deixa as forças rombaras do
mercado agirem sobre a população brasileira.
O que vem como resultado desta política é o
agravamento dos conflitos sociais, o aumento
da pobreza, a precarização do trabalho, o aumento
da fome e da violência. Podemos questionar
se de fato o Estado é mínimo no neoliberalismo
e se ele é somente mínimo nas áreas sociais,
pois o que observamos é o aumento da militarização
do Estado.

③ Plano de aula (1º ano do ensino médio)

Tema: O que é o poder?

Objetivo: • Compreender que as relações de poder permeiam todas as relações sociais.
• Identificar as três formas predominantes do exercício do poder (econômico, ideológico e político)

Desenvolvimento: A professora iniciará a aula apresentando o tema do poder e relembrando as concepções de poder trabalhadas pela disciplina história. Num segundo momento, a professora irá apresentar a definição do poder para a Sociologia (como a capacidade de influenciar o comportamento do outro em uma relação social). Em seguida, a professora apresentará as três formas predominantes de exercício do poder:

a) Poder econômico → consiste na utilização de bens materiais como forma de exercer influência.

b) Poder Ideológico → consiste na capacidade de influenciar a formação das ideias e práticas sociais.

c) Poder político → A possibilidade do uso da força como último recurso.

→ A seguir, a professora irá exibir em Power Point imagens que refletem os diferentes tipos de poder na sociedade. Pedir para que os alunos identifiquem que tipo de poder as imagens dizem respeito.

Perguntas para a turma: Qual é o maior poder de todos? Pedir para que os alunos, de cada vez, identifiquem as formas de exercício do poder.

mais comuns a que eles estão submetidos no seu cotidiano. Após as discussões em sala de aula e a partir das respostas dadas pelos alunos, pedir para que, em grupos pequenos, os alunos debatam entre si e a partir das suas respostas individuais, produzam coletivamente um parágrafo discorrendo sobre a influência do poder na sua vida, mantendo o exemplo diário do exercício do poder e relacionando-o com os conceitos aprendidos em sala de aula.

Até final, fazer um resumo do conteúdo discutido e dos conceitos trabalhados. Ampliar a concepção de poder como instrumento do exercício da política e deixar a seguinte pergunta para a turma: Quando se governa com o uso constante da violência o poder é legítimo?

- A escolha da temática do poder se dá através da importância de se compreender o sentido deste conceito para as Ciências Sociais, tanto a nível do indivíduo (micro), quanto ao nível da sociedade (macro). A compreensão do poder como mediação das relações sociais, que encontra no exercício da política, a sua forma mais madura de desenvolvimento, é fundamental para que se avance dentro da temática do Poder, política e estado. A metodologia utilizada envolve a exposição do conteúdo e dos conceitos e também a dinâmica de grupo em sala de aula, a partir da exibição das imagens no Power Point e da produção de um texto feito pelos alunos coletivamente.

Por se tratar de uma turma do primeiro ano do ensino médio, e isto é, na maioria das vezes, o aluno está tendo um contato inicial com a disciplina, se faz necessário apresentar os conteúdos e conceitos de forma simplificada e integrada com as demais disciplinas de humanas, principalmente, a história. Além do mais, a relevância de se discutir o tema do poder no primeiro ano é enorme, pois permite que o aluno já tenha contato com a temática que será aprofundada nos anos seguintes.

→ Recursos didáticos

- Quadro, Píllot, apagador
- Computador e projetor
- Caderno dos alunos

→ Avaliação

- Produzir coletivamente um parágrafo discutindo sobre a influência do poder na vida dos próprios alunos.
- Participação na aula e nos debates